

Filho do cacique olha os réus e afirma: "Eles mataram meu pai"

Arrolados como testemunhas, Valdir Nunes de Oliveira e Gilmar Luiz de Oliveira, filho e sobrinho do cacique xacriabá Rosalino Gomes de Oliveira, assassinado em fevereiro do ano passado junto com outros dois índios, reconheceram o grileiro Francisco de Assis Amaro e os outros quatro acusados da chacina como os homens que invadiram a reserva, no município de Itacarambi, promovendo o massacre, no qual outros três índios foram baleados.

Valdir e Gilmar foram as duas principais testemunhas de acusação a Francisco Amaro e aos pistoleiros Germano Gonçalves da Silva, Roberto Freire de Alkimim e os irmãos Sebastião e Claudomiro de Oliveira Vidoca. A terceira testemunha de acusação, José Canuto Fernandes, funcionário de uma conservadora na capital, funcionou durante o inquérito apenas em uma acareação dos réus promovida pela Polícia Federal, onde trabalhava como faxineiro. Depois de ouvir estas três testemunhas arroladas pelo representante do Ministério Público, o juiz federal Antônio de Paula Oliveira passou a ouvir as testemunhas de defesa, trabalho que se estendeu até a madrugada de hoje.

"Foram eles"

Após uma interrupção de cinco horas — o julgamento foi suspenso às 3h da madrugada e reiniciado às 8h —, o juiz federal prosseguiu ontem com a leitura de peças do volumoso processo que apura a chacina ocorrida em fevereiro do ano passado na reserva Xacriabá de Itacarambi. Este é o primeiro júri popular federal realizado em Minas, o segundo da história do País, e, em razão de sua importância, juiz, advogados, réus e jurados estão dormindo muito pouco, improvisadamente, em salas do Fórum Lafayette. Os advogados de defesa ainda reclamaram que seus clientes dormiram no chão frio da cela dos indiciados. "Em colchões de cimento", ironizou o defensor Augusto Jacob de Vargas Neto.

No reinício do julgamento, no segundo dia, o salão do I Tribunal do Júri ainda estava vazio, sem a mesma movimentação do dia anterior. Os índios Xacriabás que vieram de Itacarambi para acompanhar o júri, só começaram a chegar ao fórum no final da manhã, porque passaram todos por exames médicos, recomendados em função da longa viagem que fizeram de ônibus. Muitos deles estavam desnutridos. Durante duas horas foram lidas as peças do processo e, quando o salão voltou a encher-se, o juiz já preparava o início da inquirição das testemunhas. Porém um jurado acabou atrasando os trabalhos, pedindo a releitura de algumas peças.

Por várias vezes interrompendo os trabalhos do julgamento, o jurado José Marçal de Souza Ramos parecia mais um advogado do que um contabilista — sua profissão. Chegando a usar por vezes termos técnicos, ele recebeu do advogado de defesa, Augusto Jacob, uma observação em voz bai-



Gilmar Luiz, sobrinho, e José Nunes, filho do cacique Rosalino: testemunhas da chacina



xa a jornalistas: "Ele só faz perguntas pertinentes ao processo". Pessoas que assistiam ao julgamento da platéia, no entanto, entenderam que o jurado se excedia em suas perguntas. Em certo momento, o juiz Paula Oliveira teve que indeferir uma pergunta do jurado, que parecia mais querer mostrar sua opinião do que esclarecer dúvidas quanto aos fatos criminosos narrados nos autos.

Gilmar Luiz de Oliveira, 19 anos, sobrinho do cacique Rosalino, a primeira testemunha, foi incisivo ao apontar para os réus e, em bom tom, afirmar: "Foram eles que mataram meu tio". Com firmeza, Gilmar chegou a emocionar algumas pessoas da platéia. Sobrevivente da chacina, Gilmar não teve dúvidas em acusar principalmente o grileiro Amaro e os pistoleiros Germano e Roberto. "Não posso apontar os outros, porque não parei para reparar bem neles. Se parasse eu estaria morto hoje", afirmou Gilmar, em cujos braços morreu o índio Manoel Fiúza, a caminho de socorro médico.

Gilmar lembrou ainda que estava dormindo na casa do tio Rosalino quando vários homens entraram gritando que eram da Polícia Federal e atiraram contra todos. Deitado no mesmo quarto que o primo Valdir, Gilmar conseguiu escapar das balas e escondeu-se no mato. "A sensação que tive era que estávamos numa guerra. O primeiro que recebeu os tiros foi José Pereira, que estava deitado na sala. Ele era aleijado e recebeu 11 tiros. Só quando o Agenor (um dos pistoleiros) caiu é que consegui sair da casa", contou, emocionado. Escondido no mato, Gilmar conseguiu ver alguns dos pistoleiros.

Gilmar disse ainda que seu primo

José, filho de Rosalino e com apenas 10 anos de idade, foi obrigado pelos pistoleiros a arrastar o corpo do pai até o meio da sala para que os criminosos se certificassem que o cacique estava morto. Já em Itacarambi, Gilmar encontrou-se com Germano e Roberto, e logo os reconheceu. "Eles ficaram olhando para mim, resabiados. Eu estava apavorado e, para me defender, fiquei perto dos funcionários da Funai", explicou, sem cair em contradição em momento algum de seu depoimento.

Ameaças de morte

Logo depois de Gilmar, foi a vez da testemunha José Canuto Fernandes, funcionário da conservadora que presta serviços na Superintendência da Polícia Federal. José Canuto foi testemunha do auto de acareação preparado pela Polícia Federal e, apesar de não conhecer os réus pelos nomes, garantiu que assinaram suas confissões, Germano Gonçalves Silva, Francisco de Assis Amaro e Roberto Alkimim, apontados entre os cinco que estavam sentados no banco dos réus. O juiz Paulo Oliveira os identificou nominalmente.

Canuto contou que, no dia da acareação, os três réus não estavam alegados e só assinaram o documento depois que eles lhes foi lido pela escrivã da Polícia Federal na presença do delegado federal, Agílio Monteiro Filho. José Canuto disse ainda que não assistiu a toda a acareação, tendo sido testemunha apenas da leitura e da assinatura do documento por Germano, Roberto e Amaro.

Segundo ele, o clima era muito ameno, sem qualquer sinal de uso de violência. Esta afirmação contradiz a dos cinco réus ao juiz segundo a qual apenas assinaram papéis em branco, sob tortura.

Depois do interrogatório de José Canuto que terminou cerca de 14h, o

juiz Paula Oliveira determinou um intervalo de uma hora para o almoço, depois do que seria ouvida a última testemunha arrolada pela acusação, Valdir Nunes de Oliveira, filho do cacique Rosalino. As 15h20m teve início o depoimento de Valdir que, bastante emocionado, depois de reconhecer os cinco réus como autores da chacina, disse: "O que motivou esta chacina não foram os conflitos de terras existentes na região, mas estas pessoas, na verdade, gostam mesmo é de matar. Tem este hábito e não foram lá só por causa de suas posses".

Segundo Valdir, desde que a Funai demarcou a área da reserva dos xacriabás, e que os posseiros foram expulsos, Rosalino vivia sendo ameaçado. "Eles faziam promessas de que um dia voltariam para fazer a vingança. E esta vingança foi feita no dia da chacina, quando mataram meu pai e feriram minha mãe, que até hoje não se recuperou totalmente dos ferimentos".

Isto sem contar com meu tio Manoel, morto com seis tiros e duas facadas e que, mesmo ferido, foi chutado pelos posseiros. Ele me contou, antes de morrer, que Amaro ainda disse para os colegas: Este aqui não faz mais confusão. "Está morto".

Quanto aos constantes conflitos de terras na região, Valdir acusou o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula, e o delegado Antônio Reis, de serem os principais grileiros das terras indígenas. Antes da Funai demarcar a área da reserva dos xacriabás, disse, o prefeito e o delegado tinham posses na região. Valdir afirma que foi o próprio delegado de Itacarambi, Antônio Reis, quem levou em sua casa o grileiro Amaro para conhecer os familiares de Rosalino, "preparando o terreno para o massacre".

Funai impede pão de queijo para crianças

Dois incidentes marcaram ontem o julgamento do grileiro Francisco de Assis Amaro e dos cinco pistoleiros, mas não chegaram a quebrar a tranquilidade do júri. O primeiro deles envolveu os índios xacriabás que estavam no auditório e o advogado de defesa dos réus, Augusto Jacob de Vargas Neto, que os presenteou com um grande saco de pão-de-queijo. Descoberto, o delegado regional da Funai, Lúcio Flávio Coelho, não deixou os índios comerem os pães-de-queijo, apesar dos olhares ávidos das crianças.

Lúcio Flávio pegou o saco de pães-de-queijo e entregou à Polícia Federal para que fossem examinados, com o temor de que pudessem estar com alguma substância tóxica. A Polícia Federal ficou com o saco e disse que ia mandar analisar mas que a resposta dos testes só seria conhecida depois de 15 dias. Enquanto isto, as crianças xacriabás choravam muito, e só se consolavam quando eram mimadas amamentadas pelas mães.

Em seguida, o problema envolveu o superintendente da polícia Federal, delegado Renato Surette, e um membro do Clube dos Advogados de Minas Gerais, Almir Gardia. A desavença surgiu porque o presidente do Clube, Benedito Miguel da Costa, solicitou ao juiz Paula Oliveira que os advogados fossem liberados da revista que é feita em todas as pessoas que pretendem entrar no salão do I Tribunal do Júri para assistir aos trabalhos. O pedido foi deferido pelo juiz e a Polícia Civil suspendeu a revista sem comunicar o fato ao superintendente.

Irritado, ele interpelou Almir afirmando que ele passou por cima de sua autoridade fazendo a solicitação diretamente ao juiz. Segundo Surette, o caminho correto a ser tomado pelo Clube dos Advogados era primeiro apresentar a ele a solicitação que tão julgaria se deveria ser apresentada ao juiz ou não. Mas a discussão foi rapidamente contornada e o advogado Almir explicou ao superintendente que o único objetivo do clube foi facilitar os trabalhos dos advogados interessados em assistir ao júri, que é muito importante por ser o segundo de competência da Justiça Federal e histórico por julgar pela primeira vez um caso de genocídio.

Prefeito isenta amigo Amaro

Os advogados de defesa tentaram a dispensa de todas as testemunhas arroladas por eles, mas o juiz Antônio de Paula Oliveira, atendendo a requerimento da acusação, indeferiu o pedido. Desta forma, o juiz passou a ouvir, às 17h45, a primeira testemunha de defesa, o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula, que afirmou não acreditar no envolvimento de Francisco Amaro na chacina, mas acabou por fornecer informações que os advogados de acusação consideraram valiosas.

José Ferreira de Paula foi questionado a princípio pelo assistente de acusação Décio Fulgêncio, que afirmava que a testemunha tinha interesse no desfecho do processo, pois também é proprietário de uma área dentro da reserva xacriabá. Segundo o jurista Décio Fulgêncio, José Ferreira está sendo processado na 3ª e 5ª Varas Federais para reintegrar a posse de uma área de oito mil hectares à União. José Ferreira admitiu a demanda, mas alegou que sua posse limita-se a dois mil hectares. "A terra está lá para quem quiser medir", disse.

Procuradores apóiam

Diante da confirmação de que também o prefeito de Itacarambi havia adquirido terras dentro da reserva, os representantes do Ministério Público — os procuradores Carlos Victor Muzzi e José Arnaldo Gonçalves de Oliveira — apoiaram a contradição levantada pelo assistente de acusação, que pretendia provar, desta forma, que o depoimento de José Ferreira de Paula não teria valor enquanto testemunha de defesa dos réus. O advogado de defesa Aníbal de Campos Pires reafirmou a idoneidade do prefeito de Itacarambi e não concordou com os termos da contradição, com o que o juiz federal acabou aceitando que José Ferreira fosse ouvido.

Segundo o juiz federal, as duas ações — a de reintegração de posse da área adquirida pelo prefeito e o processo-crime que apura a chacina — não estão relacionados, motivo pelo qual o depoimento da testemunha teria seu valor. Assim, o juiz fez a primeira pergunta ao prefeito de Itacarambi sobre os fatos narrados no processo, e José Ferreira afirmou, textualmente, que "a violência na área da Funai era provocada pelo Rosa".



O prefeito Ferreira: defesa

referindo-se ao cacique Rosalino Gomes de Oliveira. De acordo com José Ferreira, Rosalino reunia grupos de 30 a 40 pessoas para agredir e expulsar da reserva os posseiros.

Ódio continua

O prefeito de Itacarambi, acusado pelos xacriabás de ser o maior grileiro da região, garantiu ao juiz Paula Oliveira que "o ódio ainda continua hoje na reserva", acusando, mais adiante, a participação do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi, nos conflitos entre xacriabás e posseiros.

José Ferreira chegou a citar nominalmente o coordenador regional do Cimi, Fábio Alves, de incitar os índios a agredir e expulsar da reserva os posseiros. Por causa da violência que afirma ter partido dos índios, lembrou José Ferreira, "umas cem pessoas tinham ódio de Rosa" (o cacique Rosalino).

O falecido Agenor Nunes de Macedo — um dos pistoleiros que invadiram a reserva para matar os índios e que acabou sendo morto por uma bala perdida disparada pelos próprios companheiros — terminou sendo a única pessoa apontada pelo prefeito de

Itacarambi como um dos 100 que tinham ódio por Rosalino. Segundo José Ferreira, dois meses antes da chacina, Agenor lhe confidenciou que pretendia matar o cacique. "Eu conversei com ele, para apaziguar a situação, e ainda arranjei um emprego para Agenor em São Paulo. Até o dia de sua morte, pensava que ele ainda estivesse em São Paulo", explicou o prefeito.

Amigo de Amaro

Defendendo o amigo Francisco Amaro, que diz conhecer há dez anos, José Ferreira esclareceu mais uma vez que o réu não poderia ser relacionado com um dos 100 inimigos de Rosalino, "porque ele não vivia na reserva". Revelou por outro lado saber que os irmãos Vidoca — Sebastião e Claudomiro — haviam sido expulsos da reserva, onde o também acusado Germano Gonçalves da Silva tinha um comércio na localidade de Sumaré. Conforme o próprio Germano, ele era "tão amigo dos índios que até vendia pinga para eles". Quanto a Roberto Alkimim, o "Roberto Trinta", José Ferreira não soube dizer se ele tinha posse na reserva.

Ao final de seu depoimento, que durou exatas duas horas e cinco minutos, o prefeito de Itacarambi informou que outras cinco mortes ocorreram na área depois da chacina de fevereiro do ano passado. O juiz concedeu em seguida um intervalo para um lanche e, no retorno ao salão do júri, continuou a ouvir as demais testemunhas. Como oito testemunhas não se apresentaram, outras cinco foram dispensadas logo no início do júri e a defesa pretendia dispensar as demais, o julgamento seria suspenso no começo da madrugada, sendo retomado o trabalho às 7h.

Os jurados pediram que o delegado de Itacarambi, Antônio dos Reis, fosse ouvido e, depois disso, o juiz encerraria esta fase. Até o fechamento desta edição o delegado ainda era ouvido pelo juiz Paula de Oliveira. Após encerrar esta etapa, o juiz passará a palavra aos advogados de acusação e defesa para os debates, que deverão se estender por toda a tarde e início da noite de hoje. Em seguida aos debates, os jurados se recolherão à sala secreta para votar os quesitos e, assim, decidir a sorte dos réus. Estima-se que o júri termine hoje à noite ou amanhã de madrugada.